

Processos de identidade social e exclusão racial na infância

Processes of social identity and racial exclusion in childhood

Procesos de identidad social y exclusión racial en la infancia

*Thaís Augusta Cunha de Oliveira Máximo**
*Leoncio Francisco Camino Rodriguez Larrain***
*Aline Vieira de Lima Nunes****
*Samuel Lincoln Bezerra Lins*****

Resumo

A reflexão teórica sobre os processos de exclusão racial na construção da identidade das crianças negras no Brasil ainda é escassa. Este estudo problematiza sobre as possíveis consequências da discriminação racial na construção da identidade em crianças e adolescentes. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 161 crianças, com idades entre 9 e 12 anos, em uma escola da rede pública. Como material de estímulo, foram utilizadas figuras de “crianças” brancas, morenas e negras, elaboradas com base em traços estereotipados, pelas quais se questionou sobre autocategorização e preferência raciais. Observou-se uma tendência das crianças ao autobranqueamento e uma atribuição às figuras brancas como tendo características socialmente favoráveis (beleza e comunicabilidade) e, às figuras morenas e negras, como tendo características desfavoráveis socialmente (desonestidade), como símbolo de preferência racial.

Palavra-chave: Identidade. Exclusão racial. Branqueamento.

Abstract

Theoretical reflection on the processes of racial exclusion in the construction of the identity of black children in Brazil is still scarce. This present research triggered concern about the possible consequences of racial discrimination in the construction of identity in children and adolescents. Interviews were conducted with 161 children, aged 9 and

* Doutora em Psicologia Social, professora adjunta do Departamento de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba. *E-mail:* thaisaugusta@gmail.com.

** Pós-doutor pela Université Catholique de Louvain, UCL, Bélgica, doutor em Psicologia, professor emérito da Universidade Federal da Paraíba. *E-mail:* leocamino@uol.com.br.

*** Doutoranda em Psicologia Social pelo Instituto Universitário de Lisboa & Cis-IUL, Lisboa, Portugal, mestra em Psicologia Social. *E-mail:* avlins@iscte.pt.

**** Doutorando em Psicologia Social pela Universidade do Porto, Portugal, mestre em Psicologia Social. *E-mail:* samuellins@fpce.up.pt.

12 years in a public school. Figures of white, brown and black children were used as stimulus material, prepared based on stereotypical traits and interviewers asked about auto-categorization and racial preference. It was observed a tendency of whitening in racial self-categorization showing white figures as having socially favorable characteristics (beauty and communicability) and figures to brown and black, as having socially undesirable characteristics (dishonesty), as a symbol of racial preference.

Keywords: Identity. Racial exclusion. Whitening.

Resumen

La reflexión teórica sobre los procesos de exclusión racial en la construcción de la identidad de los niños negros en Brasil es aún escasa. Este estudio se cuestiona sobre las posibles consecuencias de la discriminación racial en la construcción de la identidad en los niños y adolescentes. Se realizaron entrevistas semi-estructuradas con 161 niños entre 9 y 12 años en una escuela pública. Como material de estímulo se utilizaron figuras de “niños” blancos, morenos y negros, elaboradas a partir de rasgos estereotipados, cuestionando la auto-categorización y la preferencia racial. Se observó una tendencia de los niños a identificarse con las figuras blancas a las que atribuían características socialmente favorables (belleza y capacidad de comunicación) y a las figuras morenas y negras socialmente características desfavorables socialmente (deshonestidad), como un símbolo de preferencia racial.

Palabras clave: Identidad. Exclusión racial. Blanquear.

Introdução

A Psicologia estuda classicamente a identidade social como um fenômeno de pertença grupal, em que quanto maior a identificação de grupo mais o “fazer parte” deste será incorporado no autoconceito. Pessoas procuram manter a identidade positiva, e esta deriva primariamente da comparação favorável que se realiza entre o endogrupo e os exogrupos relevantes, implicando no favoritismo endogrupal e, conseqüentemente, algum tipo de exclusão, como, no caso, a exclusão racial.

Conceitualmente, a categoria “raça” é criticada e rejeitada amplamente na comunidade científica para diferenciar populações e pessoas. Embora não se acredite hoje em hierarquias sociais baseadas nas raças, a cor da pele serve ainda como um símbolo da discriminação (Guimarães, 1999), como característica primeira da prática discriminatória existente no Brasil (Nunes, 2009).

Na realidade racial brasileira, é a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão (ou seja, o racismo e sua lógica própria). Em tal discurso, quando baseado na natureza, nas diferenças genéticas tal qual o darwinismo o fez, essas raças são “materializadas” em significantes corporais visíveis (cor da pele, características físicas do cabelo e feições do rosto), assim como também comportamento, mentalidade ou “temperamento”. É nesse sentido que se pode afirmar que, no Brasil, existe uma “raça social”, isto é, uma ideologia, uma construção política e social que justifica processos de discriminação social. Esse racismo tenta justificar as diferenças sociais e culturais que legitimam a exclusão racial em termos de distinções genéticas e biológicas, isto é, na natureza.

O fenômeno do branqueamento se refere à ideologia de valorização social do grupo dominante, assim naturalizado, representado nas relações de conflitos raciais pelo grupo branco. Nessa perspectiva, objetivou-se, neste estudo, conhecer como crianças de 9 a 12 anos se autocategorizam em comparação à categorização racial que é atribuída a elas, como discriminam racialmente com base em estereótipos e como avaliam concretamente outras crianças em relação à cor de pele e fenótipo, a fim de elucidar como o processo de identificação social e exclusão racial são dinamizados na infância.

Preconceito e construção da identidade social

Nas décadas de 1930 e 1940, iniciou-se, no campo da Psicologia social dos Estados Unidos, o estudo do racismo, usando o preconceito racial como conceito fundamental. Nesse período, a Psicologia social estava preocupada com duas grandes questões: por um lado, a ubiquidade do racismo nos Estados Unidos, o que produzia teorias psicológicas que procuravam processos universais e intrapessoais subjacentes ao preconceito e, por outro, as repercussões da ideologia nazifascista, que produziram na Psicologia social teorias com ênfase em aspectos emocionais dos indivíduos (Duckitt, 1992).

Já nas décadas de 1960 e 1970, o problema principal da Psicologia social era entender a persistência do racismo em sociedades formalmente democráticas, como o caso dos EUA. É nesse contexto que as explicações do preconceito deslocam-se do eixo dos fatores individuais para o eixo dos fatores relacionados às relações intergrupais e às normas sociais (Duckitt, 1992). Na década de 1980 até a atualidade, podemos observar

que as teorias sobre o preconceito se diversificaram e passaram a focalizar o estudo das novas formas que o preconceito racial está tomando nas sociedades ocidentais.

De fato, não apenas as teorias sobre o preconceito, mas também a maneira de expressão do racismo foram mudando segundo se desenvolviam as formas de relações inter-raciais ao longo de todo o processo no Brasil: desde a Abolição da Escravatura até os dias de hoje (Nunes & Camino, 2011).

Segundo Silva e Rosemberg (2008), após a Abolição da Escravidão no Brasil, as relações sociais e políticas foram marcadas por três processos principais: a) não adoção de legislação para segregação étnico-racial (diferentemente dos EUA e da África do Sul), não ocorrendo definição legal da pertença racial; b) não foram desenvolvidas políticas específicas de integração dos recém-libertos à sociedade, fortalecendo as bases do histórico processo de desigualdades sociais entre brancos e negros que perdura até os dias atuais; c) incentivo à imigração europeia em acordo com a política de Estado (passagem do século XIX para o XX) de branqueamento da população, em consonância com as políticas racistas eugenistas desenvolvidas na Europa do século XIX.

Nesse sentido, o racismo *à brasileira* tem sido tema de estudo das ciências humanas como a História, a Sociologia e a Antropologia (Freyre, 1933; Florestan Fernandes, 1965; 1972; Guimarães, 1999; Schwarcz, 1993; 1996). Embora a Psicologia social no país tenha se mantido afastada desse tema – como constatado por Camino (2004) e Franklin (2004) –, ao longo dos anos 2000, vários pesquisadores têm estudado e publicado sobre o tema na perspectiva da Psicologia social. Entre os aspectos abordados, encontram-se: as novas formas que o racismo toma (Camino *et al.*, 2001; 2004; 2007; Lima & Vala, 2004a; Lima *et al.*, 2005; Nunes & Camino, 2011; Pereira, Torres & Almeida, 2003; Oliveira Filho, 2005; Silva & Rosemberg, 2008); a ideologia do branqueamento (Carone & Bento, 2002; Domingues, 2002; Oliveira & Barreto, 2003); e as consequências do racismo no desenvolvimento da identidade racial das crianças brasileiras (França & Monteiro, 2002a, 2002b; Silva, Pereira & Camino, 2002). É neste último aspecto do estudo do racismo no Brasil que este estudo se situa.

No tocante à definição de preconceito, pode-se dizer que foi construída historicamente, sendo organizada desde os anos 1920 até os dias atuais, e o que há em comum entre as definições é que todas concebem o preconceito como uma atitude (França, 2005). Jones (1973) afirma que o preconceito tem sido empregado para as atitudes e os comportamentos característicos de determinados tipos de relações entre a maioria branca e as minorias

raciais, étnicas e religiosas. Classicamente, a Psicologia o tem estudado com base em uma perspectiva psicológica, como expressão de sentimentos individuais, definida por Allport (1954), no seu livro “The Nature of Prejudice”, como “*an aversive or hostile attitude toward a person who belongs to a group, simply because he [sic] belongs to that group, and is therefore presumed to have the objectionable qualities ascribed to the group*” (p. 7),¹ e que persiste como perspectiva até nossos dias.

Contudo uma nova corrente vem se delineando nos últimos anos. Ela parte de uma definição do preconceito como uma forma de relação intergrupar, onde se desenvolvem e se expressam no contexto das relações de poder entre grupos. Por parte dos grupos majoritários, existe a expressão de atitudes negativas e depreciatórias, bem como comportamentos hostis e discriminatórios com relação a membros de um grupo minoritário, por serem membros desse grupo (Camino & Pereira, 2000).

É a partir desses conflitos intergrupais (envolvendo discriminação, exclusão social, exploração e opressão individual e coletiva), que a identidade de cada pessoa vai sendo construída. Pereira (2002) corrobora essa ideia quando declara que a identidade racial e social é uma construção histórica, que vai muito além dos caracteres biológicos e físicos específicos de uma raça; sendo elaborada, na verdade, com base em interpretações socioculturais dadas a esses caracteres (Silva, 2002).

Essas novas concepções têm se desenvolvido baseadas na teoria de Tajfel, que definiu a identidade racial como a parcela do autoconceito da pessoa que deriva do conhecimento da sua pertença a um grupo racial, juntamente com o valor associado àquela pertença e o significado emocional que ela tem (Tajfel, 1981), consistindo num critério determinante da pertença o fato de os indivíduos se definirem e serem definidos pelos outros como membros de um determinado grupo. Pode-se afirmar, ainda, que um aspecto importante na definição da identidade racial refere-se à avaliação emocional da categoria de pertença, em termos afetivos e de valor (França, 2005).

Para Tajfel (1981), a pertença do indivíduo a um grupo atinge seu significado no processo de comparação social (conflitos sociais). Silva (2002) também afirma que é nas situações de conflitos sociais que essas questões acerca da construção da identidade ganham maior projeção.

¹ Tradução do autor: Preconceito pode ser definido como “uma atitude aversiva ou hostil direcionada a alguém que pertence a um grupo simplesmente pela sua pertença a este, e, portanto, presume-se que essa pessoa tenha qualidades objetivas que são atribuídas ao grupo” (Allport, 1954, p. 7).

Assim, existiria uma tendência dos indivíduos a manter ou acentuar a autoestima pela valorização da identidade social (Tajfel, 1981; Tajfel & Turner, 1979).

O branqueamento racial no contexto infantil

Para contextualizar e melhor apreender esses processos de exclusão racial discutidos acima, faz-se necessário discutir o fenômeno do branqueamento, o qual se refere, justamente, à ideologia de valorização social do grupo dominante, que, nesse caso, é representado pelo grupo branco. Dessa formulação, surge a ideia de que, quanto mais clara a cor da pele do indivíduo maior a sua beleza, melhor o seu caráter e sua capacidade intelectual (Carneiro, 1998; Bento, 2002).

O branqueamento, contudo, não se conteve ao terreno sociocultural, também se expressou plenamente no plano da estética. O modelo branco de beleza, considerado padrão, pauta, até os dias de hoje, o comportamento e a atitude de muitos negros, elevando o desejo do negro de eliminar seus traços negroides, a fim de se aproximar ao branco no plano das aparências (nariz afilado, cabelos lisos, lábios finos, *cútis clara*) (Carone, 2002).

Nesse sentido, a autocategorização adquire um papel fundamental na construção da identidade, conforme as categorizações refletem as diversas formas pelas quais são vividas as relações intergrupais. Ellemers, Kortekaas e Ouwerkerk (1999) conceituam a autocategorização como o conhecimento por parte do indivíduo de sua pertença a um grupo racial, que deve coincidir, de alguma maneira, com o que as outras pessoas atribuem a ele.

De fato, a autocategorização não pode, por si só, determinar as atitudes das crianças sobre os grupos raciais. Para ter-se uma apreciação das atitudes das crianças ante o seu grupo e os outros, tem-se que analisar as relações inter-raciais, o contexto socioeconômico e político, além da cultura racial predominante.

Numa pesquisa realizada, em 1947, por Clark e Clark (1995) com crianças de idades entre 3 e 7 anos, sobre a identificação racial de crianças negras, questionou-se a preferência dessas crianças quanto a quatro bonecas, as quais eram idênticas sob todos os aspectos, exceto as cores da pele e do cabelo (duas tinham pele e cabelos negros, enquanto as outras duas eram brancas e tinham cabelos loiros).

Os autores verificaram que a maioria das crianças negras preferiu as bonecas brancas de um modo geral: 67% preferiam a boneca branca para brincar; 59% diziam que as bonecas brancas eram bonitas; 60% diziam que as bonecas brancas tinham uma cor bonita; e, por outro lado, 50% das crianças diziam que as bonecas de cor pareciam más.

No Brasil, França e Monteiro (2002b) realizaram um estudo sobre os efeitos da cor da pele sobre a identidade e preferência raciais em crianças de 5 a 10 anos. Nessa pesquisa, foram utilizadas como material de estímulo fotografias de crianças, que foram confeccionadas de modo a considerar diferenças de idade, cor da pele e sexo das crianças. As crianças eram entrevistadas individualmente quanto à categorização, autocategorização racial, preferência racial e avaliação emocional da pertença.

Como principais resultados dessa pesquisa, observou-se que 60% das crianças negras e 40% das crianças mulatas apresentaram uma tendência para o branqueamento quando diante da autocategorização e que as crianças brancas foram as que mais se demonstraram satisfeitas com a sua pertença quando perguntadas sobre o quanto gostam de ser como são (resultado inverso na pergunta sobre o quanto gostariam de ser diferentes), ou seja, as crianças negras queriam ser mais diferentes que as brancas e as mulatas.

Silva, Pereira e Camino (2002) realizaram um estudo visando à compreensão da identidade e preferência racial em crianças de 5 a 10 anos na cidade de João Pessoa. Para a realização da pesquisa, foram utilizadas como material de estímulo fotografias de crianças brancas, morenas e negras, obtidas do trabalho de França e Monteiro (2004). Com o auxílio das fotografias, as crianças eram entrevistadas quanto à autocategorização e categorização raciais, preferência racial (quanto à escolha, dentre as fotografias, de um irmão adotivo, um colega para fazer atividades em grupo, um amigo e uma criança para presentear com um doce), bem como no que se refere à avaliação emocional da pertença.

Os pesquisadores concluíram que 57% das crianças morenas se autocategorizaram como brancas e que 78% das crianças negras se autocategorizaram como morenas. Também foram observados aspectos importantes na questão da avaliação emocional de pertença, visto que as crianças brancas e morenas avaliaram sua pertença racial mais positivamente do que as negras. Quanto à preferência racial, as crianças brancas, morenas e negras escolheram a categoria branca em todos os indicadores, independentemente da idade. Sendo assim, 64,7% das

crianças escolheram ter como irmão adotivo uma criança branca, 56,5% preferiram fazer as atividades de nota também com crianças brancas, quadro que permaneceu na preferência para o melhor amigo e dividir um doce.

Com base nesses estudos, pode-se destacar que, nas situações de conflito e comparação sociais, o grupo dominado (negros) tem encontrado dificuldades para a formação de sua identidade ao deparar com a oficialização da branquidão como padrão de beleza, pois, na ausência de modelos positivos em que se espelhar, o negro termina por recusar sua própria natureza, desembocando, muitas vezes, em crise de identidade étnica, descaracterizando-se, na busca pela supressão dos traços raciais afros (Domingues, 2002).

Objetivos

Nos dois estudos descritos, uma das dificuldades observadas foi relativa à utilização das fotos como material de estímulo, pois suas nuances não permitiam às crianças uma clara categorização racial da foto. Por outro lado, os dois estudos se situaram com maior ênfase na preferência racial, e constatou-se a necessidade de realizar um estudo que focasse não apenas a preferência, mas também a avaliação das crianças no que se refere a outras crianças de diferentes raças.

Acreditando que os processos de discriminação podem levar as minorias sociais a aceitarem uma imagem negativa criada pela maioria e que isso pode trazer, como consequências negativas para os negros, a rejeição de sua própria imagem, o reforço dos estereótipos e a discriminação (Tajfel, 1978a, 1978b), pretendeu-se, assim, conhecer como essa discriminação influenciaria a avaliação das crianças em relação a crianças brancas, morenas e negras em uma escola pública da cidade de João Pessoa.

Como objetivos específicos do estudo, temos de:

- a) identificar se há uma tendência ao branqueamento na autocategorização racial. Essa tendência se caracteriza pelo fato de as crianças negras se perceberem como morenas; as morenas, como brancas; e as brancas, como brancas (França & Monteiro, 2002b; Silva, Pereira & Camino, 2002);

- b) analisar o processo de branqueamento nas crianças, avaliando se as crianças atribuirão às figuras brancas características socialmente favoráveis (beleza e comunicabilidade) e, às figuras morenas e negras, características desfavoráveis socialmente (desonestidade) (Domingues, 2002);
- c) investigar se as crianças atribuirão aos negros qualidades físicas, e, aos brancos, qualificações intelectuais. Dessa forma, nas situações de competições esportivas, as figuras morenas e negras se sobressairiam em relação às outras, enquanto que, nas provas sobre conhecimentos gerais, as figuras brancas seriam as mais citadas (Camino, Silva, Machado & Pereira, 2001).

Metodologia

Participaram do estudo 161 crianças, com idades variando entre 9 a 12 anos, estudantes do ensino fundamental, de 3^a a 6^a séries, de uma escola municipal da cidade de João Pessoa, com condição socioeconômica percebida como de classe baixa e média baixa. Foi realizado um controle amostral (50%) quanto ao sexo das crianças.

A cor da pele de cada criança foi atribuída por meio de um consenso entre três juízes/entrevistadores, que consideraram os traços fenotípicos para a decisão. Os entrevistadores eram, em sua maioria, brancos, estudantes de curso de graduação e de classe média, o que deve ser considerado como um dado relevante para a análise dos resultados no que se refere à cor da pele atribuída pelo entrevistador. A proporção que se obteve para a pesquisa foi, então, de 17,4% de brancos, 52,8 % de morenos e 29,8% de negros.

No que se refere ao material de estímulo, percebeu-se, ao analisar as fotografias reais de crianças brancas, morenas e negras utilizadas como material de estímulo em estudos anteriores (França & Monteiro, 2002b; Silva, Pereira & Camino, 2002), a dificuldade que as crianças entrevistadas nessas situações apresentaram em categorizar as fotografias, devido à sutileza de nuances entre as cores de pele das crianças.

Foi buscado, com base nisso, um aprofundamento nas questões relacionadas à identidade, à preferência racial e ao processo de branqueamento (conceito-chave para a compreensão das “relações raciais” no Brasil), e, ao contrário das fotografias com crianças reais (usadas nos estudos anteriores), foram usadas figuras manipuladas esquematicamente, elaboradas por meio de um programa

que permite manusear diferentes fatores na constituição de uma figura (cor da pele, cor dos olhos e estilo do cabelo).

Foram usadas 18 figuras de crianças brancas, morenas e negras, sendo três de cada “raça” (cor de pele, tipo e formato do cabelo e boca) e nove de cada sexo, compostas com base em padrões universais de cada grupo racial, levando em consideração características como cor da pele e do cabelo, e aparência deste último. Essas figuras foram apresentadas a juízes anteriormente, que as avaliaram quanto à idade e à raça.

O método de coleta de dados utilizado foi o de entrevista semiestruturada, em que se procurou mensurar, mediante questões específicas, a autocategorização racial, preferência racial e avaliação das figuras de acordo com sua pertença racial. A autocategorização racial foi avaliada, perguntando-se à criança: “Qual desses se parece mais com você?” (a categoria de pertença era atribuída pelos entrevistadores). A preferência racial e a avaliação foram analisadas mediante histórias que eram contadas e momentos descritos de competições esportivas e intelectuais, com o intuito de verificar a preferência racial das crianças quando diante de situações relacionadas à beleza, moral, aptidões sociais e situações competitivas:

- a) uma criança foi eleita a criança mais bonita da sala. Supondo que estas figuras representem crianças, qual a que representaria melhor a criança mais bonita?;
- b) depois do recreio, perceberam que sumiu um estojo de lápis de uma criança de uma sala de aula. Supondo que estas figuras representem crianças, qual a que representaria melhor a criança que teria pegado o estojo?;
- c) dentro de uma escola, existe uma criança que é bastante comunicativa, tem facilidade de fazer amizades e é considerada bem legal. Ela é sempre uma das primeiras a ser chamada para fazer atividades em grupo. Supondo que estas carinhas representem crianças, qual a que representaria melhor a criança descrita acima (comunicativa e inteligente)?;
- d) imagine um grupo de crianças concorrendo em uma série de atividades de uma gincana. Em sua opinião, qual delas chegaria em primeiro lugar numa competição esportiva (corrida, futebol,

vôlei, basquete, etc.) e numa prova de conhecimentos gerais (Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Geografia, etc.)?

No tocante aos procedimentos da pesquisa, foi contatada a direção da escola, mediante termo de consentimento esclarecido, aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética da universidade e da apresentação do trabalho a ser realizado, demonstrando a sua importância. Após essa permissão, houve o consentimento dos professores, e os alunos eram convidados a participar quando estavam em sala de aula, sendo conduzidos em grupos de três à sala dos professores (na qual estavam os pesquisadores organizados), a fim de responder aos questionamentos individualmente. A duração de cada entrevista variou entre 15 e 20 minutos.

As análises das medidas foram realizadas por meio de estatística descritiva e correlação (X^2 qui-quadrado), com uso pacote estatístico SPSS. Segundo Cozby (2003), o teste qui-quadrado examina as relações entre variáveis, preferencialmente nominais, verificando o grau em que as frequências observadas no estudo diferem das esperadas pelas hipóteses do estudo. Como o interesse da pesquisa era fazer o cruzamento entre resultados de variáveis diferentes (por exemplo, estabelecer as relações entre a frequência de escolha das figuras apresentadas e a cor atribuída à criança participante da pesquisa), o teste do qui-quadrado mostrou-se adequado à análise dessas relações. A análise das questões semiestruturadas foi conduzida por meio de análise de conteúdo temática, que consiste em desmontar a estrutura e os elementos do conteúdo obtido para esclarecer suas diferentes características e extrair sua significação, ou seja, compreender as significações no contexto da fala, fazendo inferências ao seu conteúdo (Laville & Dionne, 1999).

Resultados

Como resultados do estudo, observou-se inicialmente a tendência ao branqueamento na autocategorização racial, obtendo a confirmação positiva ao branqueamento ($X^2= 17,959$; $gl.= 4$; $p= 0,001$), visto que as crianças brancas identificaram-se com as figuras brancas (71%), as morenas tenderam a escolher as morenas (55%) e as negras optaram pelas figuras morenas (71%) e até mesmo pelas brancas (23%) para se autocategorizarem racialmente (ver tabela 1).

Esse resultado aponta que, das crianças categorizadas como negras (29,8%) pelos entrevistadores, apenas 6% escolheram figuras negras como suas semelhantes, demonstrando como os resultados são significativos para o efeito da cor da criança em sua escolha.

Tabela 1 - Porcentagem da cor de pele escolhida pelas crianças como sua semelhante em relação à cor de pele definida pelos entrevistadores

Cor escolhida como parecida	Cor de pele definida pelos entrevistadores		
	Branco	Moreno	Negro
Branco	71	38	23
Moreno	25	55	71
Negro	4	7	6
Total	100,0	100,0	100,0
Estatísticas:	$X^2= 17,959$	g.l= 4	p= 0,001

Fonte: Dados da pesquisa.

A análise da preferência racial (respostas à apresentação das “historinhas”) foi possível sob cinco níveis: beleza, aptidões sociais, moral, competições esportivas e de conhecimentos gerais. Na história que se referia ao concurso de beleza, observou-se que todos os grupos raciais preferiram as figuras brancas.

As figuras de cor branca alcançaram índices bastante elevados de preferência (80%) para todas as crianças entrevistadas. Em contrapartida, somente 12% escolheram alguma das figuras morenas como mais bonita, seguida de 8% de opção pelas figuras negras (ver tabela 2). Nesse caso, não houve influência direta da cor das crianças na escolha da figura, visto que todas optaram pela branca, indicando que o determinante para a escolha da figura branca como a mais bonita fora a própria figura ($X^2= 157,138$; g.l.= 2; p= ,000).

Tabela 2 - Porcentagem de escolha da figura mais bonita em relação à cor da pele da criança

		Cor da pele - definida pelos entrevistadores			Total
		Branco	Moreno	Negro	
Criança mais bonita	Figuras brancas	75	83	79	80
	Figuras morenas	21	9	11	12
	Figuras negras	4	8	10	8
Total		100,0	100,0	100,0	100,0
Estatísticas:	$X^2= 3,884$	g.l= 4	p= ,422	$X^2= 157,138$	g.l.= 2 p= ,000

Fonte: Dados da pesquisa.

No nível das aptidões sociais, as figuras eleitas como mais comunicativas e inteligentes também foram, em sua maioria, brancas (57%) pelos respondentes dos três perfis. Paralelamente, as figuras morenas foram escolhidas por 24% e as negras por 19% das crianças entrevistadas. Mais uma vez observou-se que o fator impulsionador da escolha foi a cor do objeto, da figura julgada ($X^2=39,553$; g.l.=2; $p=,000$).

Na situação em que era pedido que as crianças apontassem um culpado para o desaparecimento de um estojo na sala de aula (nível moral), ficou evidente que as figuras menos apontadas foram figuras brancas e que as mais indicadas foram as negras ($X^2=6,650$; g.l.= 2; $p=,036$). Por meio dos dados levantados, observamos que, do total de participantes, apenas 26% declaram as figuras brancas como culpadas, ficando as opiniões difusas entre as figuras morenas (31%) e negras (43%).

Tabela 3 - Porcentagem de escolha da figura considerada como mais culpada em relação à cor da pele

		Cor da pele - definida pelos entrevistados			
		Branco	Moreno	Negro	Total
Criança culpada	Figuras brancas	28	25	27	26
	Figuras morenas	36	30	31	31
	Figuras negras	36	45	42	43
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Estatísticas:	$X^2=,818$ g.l= 4	$p=,936$			$X^2= 6,650$ g.l.= 2 $p=,036$

Fonte: Dados da pesquisa.

Na competição esportiva, a maioria das crianças (55%), independente de sua categorização racial, escolheu como vencedoras as figuras de cor branca ($X^2=35,043$; g.l.= 2; $p=,000$). Nas provas de conhecimentos gerais, as figuras que apresentaram as maiores porcentagens de escolha também foram brancas, com 60% das respostas ($X^2=52,634$; g.l.= 2; $p=,000$).

De acordo com os resultados encontrados, pôde-se observar que a maioria das crianças escolhe as figuras brancas para características socialmente favoráveis e as negras para características indesejáveis socialmente, ou seja, a cor atribuída à criança pelos investigadores não diferencia nem altera a escolha, e sim, o que a altera é a cor da figura julgada, o outro.

Discussão

Por meio desse estudo, buscou-se verificar em que medida a hierarquia dada pela cor da pele, ainda existente no Brasil (branqueamento), interfere diretamente nas relações raciais, na construção da identidade das crianças e na postura destas mediante identificação com o seu grupo de pertença.

Primeiramente, acreditava-se que haveria uma clara tendência ao branqueamento na autocategorização racial, nas crianças de todas as idades (9 a 12 anos). Ou seja, que as crianças negras tenderiam a se perceber como morenas e as morenas, como brancas (França & Monteiro, 2002b; Silva, Pereira & Camino, 2002). Sob esse aspecto, o estudo confirma o de França e Monteiro (2002b), em que 60% das crianças negras e 40% das crianças mulatas apresentaram uma tendência para o branqueamento quando diante da autocategorização, também corroborando com o estudo de Silva, Pereira e Camino (2002). Esses pesquisadores observaram que 57% das crianças morenas se autocategorizaram como brancas e que 78% das crianças negras se autocategorizaram como morenas.

Nas entrevistas realizadas neste estudo, os índices são ainda mais estarrecedores, já que, das crianças negras, apenas 6,3% escolheram figuras negras como mais parecidas consigo, enquanto que a porcentagem das crianças julgadas pelos entrevistadores como negras que se identificaram com as figuras morenas e brancas foi, respectivamente, de 70,8% e 22,9%.

As premissas existentes antes de ir a campo sobre a preferência racial foram confirmadas, visto que os vencedores do concurso de beleza foram as figuras brancas. Nesse sentido, observou-se que a figura eleita como a mais comunicativa e inteligente (nível das aptidões sociais) também foi uma figura branca. Embora esse índice tenha sido mais sutil que o resultado do concurso de beleza, são apresentados, por meio dele, indícios para pesquisas posteriores que investiguem mais profundamente as questões ligadas à valorização da inteligência e da simpatia do branco.

Assim, pode-se refletir que tanto os resultados encontrados na história referente ao concurso de beleza quanto na situação que possibilitava a eleição da figura mais comunicativa demonstraram que a preferência racial pelas figuras de cor branca está configurada de forma evidente, pelo fato de ser percebido, inclusive pelas crianças, a condição de inferiorização dos negros no Brasil (Fernandes, 1978; Munanga, 1999; Schwarcz, 1993, 1996). O contexto aqui demonstrando corrobora ainda

com as teorias que afirmam existir uma forte relação entre o fracasso social e a cor negra e entre sucesso e a beleza da cor branca (Lima & Vala, 2004b).

Em se falando de outra premissa, da atribuição às figuras morenas e negras de características desfavoráveis socialmente (desonestidade), verificou-se que as figuras negras obtiveram 42,5% do total das respostas, sendo, portanto, consideradas como culpadas pelo desaparecimento do estojo na história. Tal aspecto demonstra que, quando as crianças sentiam-se confrontadas a atribuir qualidades positivas às “figuras”, elas quase que automaticamente escolhiam as brancas, enquanto que, diante da solicitação em atribuir qualidades socialmente indesejáveis, elas escolhiam as figuras morenas e negras, mas com menos veemência que nas ocasiões anteriores. Outro ponto para reflexão que deve ser destacado é que esse resultado também sutil poderia acontecer devido ao fato de que é mais comum para as crianças confessarem um padrão externo de beleza branca do que optarem por seu próprio grupo quanto a problemas morais.

Na terceira premissa levantada, referente à atribuição de sucesso às figuras negras em atividades naturais e que exijam força e, às figuras brancas em atividades mais qualificadas e intelectuais (Camino, Silva, Machado & Pereira, 2001), pôde-se obter uma confirmação parcial, visto que, ao contrário do que foi identificado em estudos anteriores, as brancas foram indicadas como vitoriosas em todas as competições. Portanto, apesar de haver uma ideia entre os adultos de que os negros são símbolos de força, parece que esta ainda não está difundida entre as crianças. Sugere-se esse ponto como possível de ser estudado posteriormente, visto que são vistas poucas pesquisas nessa direção.

Por meio deste artigo, fica a inferência de que a hierarquia pela cor da pele (branqueamento) se sobrepõe às identidades raciais, ou seja, a cor da figura avaliada se torna mais relevante para a escolha do que a própria cor da criança. Assim, independente dos traços raciais da criança e sua pertença atribuída, o que realmente conta nos diversos níveis de julgamento são os padrões universais de pensamento de que o branco é bonito, inteligente e comunicativo, e o negro é moralmente inferior.

Esses resultados reforçaram a ideia de valorização do grupo dominante em detrimento do seu próprio grupo, demonstrando que as crianças morenas e negras têm, em geral, uma avaliação emocional negativa de sua pertença racial. Domingues (2002) afirma, justamente, que a

oficialização da brancura como padrão de beleza eleva o desejo do negro de eliminar seus traços negroides, a fim de se aproximar, no plano das aparências, ao branco (nariz afilado, cabelos lisos, lábios finos, cútis clara), representando uma barreira para a formação positiva da pertença do negro. Na ausência de modelos positivos em que se espelhar, o negro acaba por recusar a si mesmo, desembocando, muitas vezes, em crise de identidade étnica, descaracterizando-se, na busca pela supressão dos traços raciais afros.

Sabe-se que a metodologia das figuras usada nesta pesquisa também é passível de debates, pois, no decorrer da pesquisa, observamos que algumas crianças achavam as figuras “bonitinhas” por serem semelhantes a desenhos animados. Esse é um aspecto a ser repensado, como também as nuances que existem em termos de cores e formas de cabelo, que podem causar interferências na replicação do estudo.

O maior impacto dos resultados aqui demonstrados é o fato de que as consequências sociais da ideologia do branqueamento estão estampadas claramente nos dados apresentados, em que, apesar de haver uma difusão de debates para políticas igualitárias em torno das diferentes raciais na sociedade brasileira, a essência do preconceito encontra-se claramente evidente no contexto infantil. Também se observou que a consciência da supremacia branca construída na sociedade ao longo da história é um dos grandes empecilhos para as novas gerações dos grupos minoritários, na medida em que os estereótipos raciais são preservados. O branqueamento, que tem sido considerado o diferencial brasileiro no que se refere às relações raciais, é outro tema que merece ser estudado com todo afincamento, devido às delicadas questões que dele emergem, principalmente em se falando das crianças morenas e negras e aos índices preocupantes que são indicados nesta pesquisa.

Acredita-se que este estudo exemplifica algumas das dificuldades enfrentadas pelas crianças dos grupos minoritários na construção de sua identidade, decorrentes do preconceito ou discriminação raciais. Eles levam a refletir acerca da predominância da ideologia de valorização social da brancura da pele, que, pela forma generalizada como se tem apresentado e difundido socialmente, leva as próprias crianças negras a acreditarem que “ser branco é ser da cor de Deus” (como colocado por uma das crianças negras do estudo) e que, portanto, esse é o sonho que todas devem sonhar.

Referências

- Allport, G. W. (1954). *The nature of prejudice*. Reading Massachusset: Addison-Wesley.
- Bento, M. A. S. (2002). Branqueamento e branquitude no Brasil. In: I. Carone & M. A. S. Bento (org.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. (pp. 25-57). Petrópolis: Vozes.
- Camino, L. (2004). A Psicologia e a luta contra o racismo: temos de que nos orgulhar? In: Conselho Federal de Psicologia. *Psicologia e direitos humanos: subjetividade e exclusão*. (pp. 231-242). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Camino, L. & Pereira, C. (2000). O papel da Psicologia na construção dos direitos humanos: análise das teorias e práticas psicológicas na discriminação ao homossexualismo. *Revista Perfil*, 13 (13), 49-69.
- Camino, L., Silva, P. & Machado, A. (2004). As novas formas de expressão do preconceito racial no Brasil: estudos exploratórios. In: M. E. O. Lima & M. E. Pereira (org.). *Estereótipos, preconceitos e discriminação: perspectivas teóricas e metodológicas*. (pp. 121-140). Salvador: Edufba.
- Camino, L., Silva, P., Machado, A. & Mendoza, R. (2007). El prejuicio racial en Brasil: sus formas encubiertas de expresión. In: J. Gissi & D. Sirlopú (org.). *Asedios a la psique latino-americana. Aportes desde la Psicología política, Psicología comunitaria y Psicología social*. (pp. 183-204). Santiago de Chile: Pontificia Universidad Católica de Chile.
- Camino, L., Silva, P., Machado, A. & Pereira, C. (2001). A face oculta do racismo no Brasil: uma análise psicossociológica. *Revista Psicologia Política*, 1(1), 13-36.
- Carneiro, M. L. T. (1998). *O racismo na História do Brasil: mito e realidade* (7. ed.). São Paulo: Ática.
- Carone, I. (2002). Breve histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial brasileira. In: I. Carone & M. A. S. Bento (org.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. (pp. 13-23). Petrópolis: Vozes.
- Carone, I & Bento, M. A. S. (2002). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes.

Clark, K. B. & Clark, M. P. (1995). Racial identification and preference in negro children. *In: H. Proshanky & B. Seidenberg (ed.). (pp.169-178). Basic studies in social Psychology.* New York: Holt, Rinehart and Winston. (Original published in 1947)

Cozby, P. C. (2003). *Métodos de pesquisa em ciências do comportamento.* São Paulo: Atlas.

Domingues, P. J. (2002). Negros de almas brancas? A ideologia do branqueamento no interior da comunidade negra em São Paulo, 1915-1930. *Estudos afro-asiáticos*, 24 (3), 563-600.

Duckitt, J. (1992). Psychology and prejudice: a historical analysis and integrative framework. *American Psychologist*, 47 (10), 1182-1193.

Ellemers, N., Kortekaas, P. & Ouwerkerk, J. W. (1999). Self-categorization, commitment to the group and group self-esteem as related but distinct aspects of social identity. *European Journal of Social Psychology*, 29, 371-389.

Fernandes, F. (1965). *A integração do negro na sociedade de classes.* São Paulo: Nacional.

Fernandes, F. (1972). *O negro no mundo dos brancos.* São Paulo: Difel.

França, D. X. & Monteiro, M. B. (2002a). A expressão do racismo aversivo nas crianças. *Percursos da investigação em Psicologia Social e Organizacional*, 1, 221-232.

França, D. X. & Monteiro, M. B. (2002b). Identidade racial e preferência em crianças brasileiras de cinco a dez anos. *In: M. B. Monteiro (org.). Psicologia*, 16 (2), 263.

França, D. X. (2005). *Socialização do preconceito em crianças negras, mulatas e brancas do Brasil.* Tese de doutorado, Departamento de Psicologia Social e das Organizações, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa.

Franklin, R. (2004). Psicologia e racismo: uma autocrítica necessária? *In: Conselho Federal de Psicologia. Psicologia e direitos humanos: subjetividade e exclusão.* (pp. 95-102). São Paulo: Casa do Psicólogo.

França, D. X., Monteiro, M. B. (2004). As novas expressões de racismo na infância. *In: M. E. O. Lima & M. E. Pereira (org.). Estereótipos preconceito e*

discriminação: perspectivas teóricas e metodológicas. (pp. 141-163). Salvador: Edufba.

Freyre, G. (1933). *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt.

Guimarães, A. S. (1999). *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: 34.

Jones, J. M. (1973). *Racismo e preconceito*. (D. M. Leite, trad.). São Paulo: USP.

Laville, C. & Dionne, J. (1999). *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em Ciências Humanas*. Porto Alegre: Artmed.

Lima, M. E., Machado, C., Ávila, J., Lima, C. & Vala, J. (2005). Normas sociais e preconceito: o impacto da igualdade e da competição no preconceito automático contra os negros. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19 (2), 309-319.

Lima, M. E. & Vala, J. (2004a). As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. *Estudos de Psicologia*, 9 (3), 401-411.

Lima, M. E. & Vala, J. (2004b). Sucesso social, branqueamento e racismo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20 (1), 11-19.

Munanga, K. (1999). *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis: Vozes.

Nunes, A. V. Lima (2009). *Inserção social, racismo e desenvolvimento dos discursos sobre justiça inter-racial*. Dissertação de mestrado, Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

Nunes, A. V. Lima & Camino, L. (2011). Atitude político-ideológica e inserção social: fatores psicossociais do preconceito racial? *Psicologia & Sociedade*, 23 (1), 135-143.

Oliveira, C. L. & Barreto, P. C. (2003). Percepção do racismo no Rio de Janeiro. *Estudos Afro-Asiáticos*, 25 (2), 183-213.

Oliveira Filho, P. (2005). A justificação da desigualdade em discursos sobre a posição social do Negro. *Revista Psicologia Política*, 2 (4), 267-295.

Pereira, J. B. B. (2002). O negro e a identidade racial brasileira. In: Associação Brasileira de Organizações não Governamentais. *Racismo no Brasil*. (pp. 65-71). São Paulo: Peirópolis.

Pereira, C., Torres, A. R. R. & Almeida, S. T. (2003). O estudo do preconceito na perspectiva das representações sociais: análise da influência de um discurso justificador da discriminação no preconceito racial. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16 (1), 95-107.

Schwarcz, L. M. (1993). *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras.

Schwarcz, L. M. (1996). As teorias raciais, uma construção histórica de finais do século XX: O contexto brasileiro. In: L. M. Schwarcz & R. da S. Queiroz (org.). *Raça e diversidade*. (pp. 147-185). São Paulo: Edusp.

Silva, M. P. (2002). Identidade e consciência racial brasileira. In: Associação Brasileira de Organizações não Governamentais. *Racismo no Brasil*. (pp. 53-64). São Paulo: Peirópolis.

Silva, P., Pereira, A. & Camino, L. (2002). O desenvolvimento racial e o processo de branqueamento em crianças. In: VI CCHLA. Conhecimento em Debate. [CD-ROM]. João Pessoa: Editora da Universidade Federal da Paraíba.

Silva, P. V. B. da & Rosemberg, F. (2008). Brasil: Lugares de negros e brancos na mídia. In: Teun A. van Dijk (org.). *Racismo e discurso na América Latina*. (pp. 73-118). São Paulo: Contexto.

Tajfel, H. (1978a). *Differentiation between social groups: studies in the social psychology of intergroup behavior*. Londres: Academic Press.

Tajfel, H. (1981). *Grupos humanos e categorias sociais: estudos em Psicologia social*. Lisboa: Horizonte.

Tajfel, H. (1978b). *The social psychology of minorities*. London: School of Economics.

Tajfel, H. & Turner, J. C. (1979). An integrative theory of social conflict. In: W. Austin & Worchel (ed.). *The social psychology of intergroup relations*. (pp. 33-47). Monterey: Brooks.